

MPT notifica Campinas e mais 4 por alta de trabalho infantil

Prefeitura diz que participou de reunião e confirma adesão ao projeto MPT na Escola

Por Moara Semeghini

O Ministério Público do Trabalho (MPT) notificou Campinas e outros municípios da região com alto número de casos de trabalho infantil e recomendou a adesão ao projeto "MPT na Escola" em 2026. Além de Campinas, outras cidades citadas são Sumaré, Hortolândia, Itapira e Indaiatuba.

Segundo dados do órgão, as denúncias cresceram 46% entre 2024 e 2025 nas regiões de Campinas, Piracicaba e Jundiá, passando de 128 para 187 registros. Apenas até 18 de março deste ano, já foram contabilizadas 73 notificações, o que pode indicar novo aumento ao longo de 2026 caso o ritmo se mantenha.

As cidades notificadas foram definidas com base em dados do SmartLab, plataforma que reúne informações de instituições como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e observatórios ligados ao governo federal, além de registros de denúncias, termos de

ajuste de conduta e ações civis públicas.

Como resposta ao cenário, o MPT lançou a edição 2026 do projeto "MPT na Escola", que busca levar o debate sobre trabalho infantil às salas de aula, com capacitação de professores e atividades educativas com alunos da rede municipal. A proposta é transformar educadores em multiplicadores de informação e estimular a reflexão entre crianças e adolescentes sobre os impactos da exploração do trabalho precoce. No dia 17 de março, o órgão realizou uma reunião virtual com representantes das prefeituras notificadas para apresentar a proposta. De acordo com a ata do encontro, não houve participação de municípios da região.

A Prefeitura de Campinas, no entanto, afirma que esteve presente. Em nota, o Executivo informou que foi representado por um coordenador pedagógico da Secretaria de Educação e confirmou a adesão ao projeto neste ano, assim como em



Segundo dados do órgão, as denúncias cresceram 46% entre 2024 e 2025 na região

edições anteriores. Outras cidades apresentaram diferentes posicionamentos. Hortolândia informou que avalia a participação em 2026, enquanto Sumaré disse que ainda não havia sido formalmente notificada. Já Indaiatuba alegou que o planejamento da rede municipal foi fechado antes da proposta, o que inviabilizou a adesão. Em Itapira, a ausência na reunião foi atribuída a problemas técnicos, com posterior contato com o MPT. Criado em 2011, o projeto "MPT na Escola" prevê ações pedagógicas sobre o combate ao trabalho infantil e a proteção ao adolescente trabalhador. A iniciativa inclui formação de educadores, distribuição de material didático e o desenvolvimento de atividades em sala de aula. Ao final, os estudantes participam de um concurso cultural com produções autorais em categorias como conto, poesia, música e desenho.

As atividades são divididas por faixa etária. Alunos do 4º e 5º anos do ensino fundamental trabalham

diretamente o tema do trabalho infantil, enquanto estudantes do 8º e 9º anos discutem aprendizagem profissional e inserção protegida no mercado de trabalho.

Pela legislação brasileira, o trabalho é proibido para menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14. Também são vedadas atividades noturnas, perigosas ou insalubres para menores de 18 anos, além de ocupação que prejudique a frequência escolar ou desenvolvimento físico e psicológico.

Prefeitura

Em nota, a Prefeitura de Campinas afirmou que vai participar da edição 2026 do projeto MPT na Escola e que já integrou iniciativas anteriores. O município também informou que foi representado na reunião do dia 17 por um coordenador pedagógico da Secretaria de Educação.

Segundo a administração, a erradicação do trabalho infantil é

um compromisso do município e envolve ações integradas de identificação, prevenção, atendimento e apoio às famílias.

Na área da assistência social, o Serviço de Abordagem Social (SEAS), em parceria com o Movimento Vida Melhor, realiza busca ativa em regiões com maior incidência, com cerca de 225 atendimentos anuais. Os casos são encaminhados para serviços especializados, como o PAEFI, por meio dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Para adolescentes, o programa PROCAF oferece qualificação profissional em parceria com o Senai e já capacitou 384 jovens até 2025, com pagamento de bolsa auxílio para estimular a permanência nos cursos. O município também mantém políticas de transferência de renda, como o Renda Campinas e o programa Próximo Passo, além de iniciativas como o Cartão Nutrir e o Viva Leite.

Unicamp divulga datas do Vestibular 2027; inscrições de 3 a 31 de agosto

Lucio Camargo/Unicamp

Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp (Comvest) está divulgando as datas do calendário para o Vestibular Unicamp 2027. As inscrições poderão ser feitas no período de 3 a 31 de agosto, pela internet (comvest.unicamp.br).

A primeira fase será realizada em 18 de outubro de 2026, e a segunda fase acontecerá nos dias 29 e 30 de novembro. Antes da primeira fase, haverá provas de Habilidades Específicas para candidatos aos cursos de Música, em setembro. Para os demais cursos que exigem provas específicas (Artes Cênicas, Artes Visuais e Dança), elas ocorrerão entre 2 e 4 de dezembro, ou seja, após a segunda fase. A Comvest vai divulgar a primeira lista de aprovados em 25 de janeiro de

2027, para matrícula online nos dias 26 e 27 de janeiro.

Isenções da taxa

Candidatos que atendam aos requisitos exigidos poderão solicitar a partir do dia 11 de maio a isenção da taxa de inscrição, que valerá tanto para o Vestibular Unicamp 2027 como para a modalidade Enem-Unicamp 2027. Os pedidos de isenção deverão ser realizados exclusivamente pela internet, na página da Comvest, até 5 de junho. O envio da documentação necessária (que constará do Edital a ser publicado em breve) será feito também pela internet, no mesmo período. A lista de beneficiados será divulgada em 31 de julho.

O calendário do Vestibular 2027 foi definido conjuntamente entre os responsáveis pelos vestibulares



A primeira fase será em 18/10, a 2ª nos dias 29 e 30/11

das principais universidades do estado de São Paulo que realizam processos seletivos próprios, com o objetivo de evitar que as datas coincidam e, assim, facilitar a participação dos candidatos interessados em

mais de um processo seletivo.

Ensino médio público

percentual de estudantes que fizeram o ensino médio na rede pública e foram aprovados na Uni-

camp este ano passou de 46% em 2025 para 49,5% neste ano, o que representa 1.781 estudantes de um total de 3.600 aprovados na primeira chamada, nas diferentes modalidades de ingresso nos cursos de graduação. Os dados foram divulgados pela Comvest e consideram as seguintes modalidades: Vestibular Unicamp, Enem-Unicamp, ProFis, Vestibular Indígena e Vagas Olímpicas. O percentual de estudantes pretos, pardos e indígenas aprovados também subiu, passando de 35,4% em 2025 para 35,7% (1.285 estudantes) em 2026. Já o índice de candidatos isentos de pagar a taxa de inscrição, que pertencem a um perfil de maior vulnerabilidade socioeconômica, manteve-se praticamente igual ao ano anterior, com 12% do total dos aprovados (442), contra 12,5% em 2025.